

# PANORAMA DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA REGIÃO DA AMARP E OS IMPACTOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

*Overview of Corporate Social Responsibility practices in the AMARP region and the impacts on  
the local development process*

Danielle Regina Ullrich<sup>1</sup>  
Elton Maciel<sup>2</sup>  
Hindyara Sinhorin<sup>3</sup>

Recebido em: 27 set. 2017  
Aceito em: 12 dez. 2017

**Resumo:** Este estudo teve por objetivo realizar um diagnóstico sobre a atual situação das práticas de responsabilidade social empresarial (RSE) que estão sendo empreendidas pelas indústrias localizadas na região da AMARP (Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe) e seus impactos no processo de desenvolvimento local. Para tanto, a pesquisa realizada utilizou os métodos qualitativo e quantitativo e teve caráter exploratório. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários aplicados nas indústrias da região da AMARP, região que compreende 14 municípios localizados na região meio-oeste do estado de Santa Catarina. Das 47 indústrias localizadas neste território, apenas 19 participaram da pesquisa realizada. Os resultados apontam que nenhuma empresa na região desenvolve práticas de RSE integradas ao seu planejamento estratégico. Além disso, na maioria das empresas pesquisadas as atribuições relacionadas a RSE estão sob os auspícios do departamento de Recursos Humanos, limitando as ações. Verificou-se que, muitas práticas são voltadas para o público interno, e poucas contribuem para a comunidade de entorno, a não ser aquelas obrigadas por lei. Deste modo, verificou-se que ainda são muitos os desafios para as indústrias da região, no que concerne a aplicabilidade de práticas de RSE e seus possíveis impactos no processo de desenvolvimento local.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Social Empresarial. Desenvolvimento Local. Indústrias da região da AMARP.

**Abstract:** This study aimed to diagnose the current situation of corporate social responsibility (CSR) practices being undertaken by the industries located in the AMARP (Alto Vale do Rio do Peixe Municipalities Association) and its impacts on the

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Caçador, Caçador (SC). Doutora. Endereço eletrônico: [danielle.ullrich@ifsc.edu.br](mailto:danielle.ullrich@ifsc.edu.br).

<sup>2</sup> Acadêmico do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Caçador, Caçador (SC). Técnico. Endereço eletrônico: [vexx161@gmail.com](mailto:vexx161@gmail.com).

<sup>3</sup> Acadêmica do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Caçador, Caçador (SC). Técnica. Endereço eletrônico: [hindyaraa@gmail.com](mailto:hindyaraa@gmail.com).

Development. For this, the research used qualitative and quantitative methods and it was exploratory. Data collection was performed through questionnaires applied in the AMARP region's industries, which comprises 14 municipalities located in the mid-west region of the Santa Catarina state. Of the 47 industries located in this territory, only 19 participated in the survey. The results indicate that no company in the region develop CSR practices integrated with their strategic planning. In addition, in most of the companies surveyed, the attributions related to CSR are under the auspices of the Human Resources department, limiting actions. It has been found that many practices are aimed at the internal public, and few contribute to the surrounding community, except those required by law. In this way, it was verified that there are still many challenges for the industries of the region, regarding the applicability of CSR practices and their possible impacts on the process of local development.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility. Local Development. Industries in the AMARP region.

## INTRODUÇÃO

Diante da crise instalada que permeia aspectos sociais, ambientais e econômicos, a sociedade mundial busca modelos e alternativas que possam enfrentar esse cenário e retomar o processo de desenvolvimento. Deste modo, governos, empresas e sociedade civil passam a atuar de forma conjunta na busca de alternativas e soluções para enfrentar os problemas que afligem a sociedade.

Uma das ações que vem ganhando força ao longo dos anos, em especial, no campo das organizações privadas (mas não só elas), é a prática de ações de responsabilidade social, uma vez que tais organizações são responsáveis pelo impacto de suas ações na sociedade. Elas buscam por meio da responsabilidade social criar soluções inovadoras com a intenção de diminuir o impacto negativo que as atividades empresariais, e principalmente, as industriais causam na sociedade de entorno e no meio ambiente. Assim, as práticas de responsabilidade social preconizam uma relação ética entre a sociedade e as organizações (públicas e privadas), de modo a estabelecer um processo de desenvolvimento sustentável.

Um processo de desenvolvimento adequado e equilibrado implica em estratégias que envolvam o tripé social, ambiental e econômico, ou seja, sustentável. Quando as ações são desenvolvidas e pensadas para um determinado território, temos o processo de desenvolvimento local, que implica em estratégias específicas para um território, no caso deste estudo, a região da AMARP (Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe).

Diante destas discussões, surgiu a questão que norteou esta pesquisa: quais práticas de responsabilidade social vêm sendo empreendidas pelas empresas e como elas impactam no processo de desenvolvimento local?

Para tanto, este estudo teve por objetivo realizar um diagnóstico sobre a atual situação das práticas de responsabilidade social empresarial que estão sendo empreendidas

pelas indústrias localizadas na região da AMARP e seus impactos no processo de desenvolvimento local. Assim, para traçar este diagnóstico, a pesquisa buscou:

- Levantar as práticas de RSE empreendidas pelas indústrias da região da AMARP;
- Mapear, especificamente, as ações de RSE obrigatórias por lei e empreendidas pelas indústrias da região da AMARP;

A pesquisa realizada utilizou os métodos qualitativo e quantitativo e teve caráter exploratório. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários aplicados nas indústrias da região da AMARP, sendo que apenas 19 delas participaram da pesquisa.

Assim sendo, este artigo está subdividido nos seguintes capítulos, além desta introdução: uma fundamentação teórica que embasa os conceitos de responsabilidade social empresarial (RSE) e o processo de desenvolvimento local; uma breve apresentação da região da AMARP; os procedimentos metodológicos da pesquisa; a apresentação dos dados coletados e análise; considerações finais.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE)**

As primeiras concepções acerca da Responsabilidade Social (RS) surgiram, no século XX, e estão atribuídas a publicação do livro de Howard Bowen, em 1953, nos Estados Unidos, intitulado *Social Responsibilities of the Businessman* (Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios). Após esta publicação, os debates intensificaram-se. Em seu livro, Bowen questiona “Que responsabilidades para com a sociedade espera-se que o homem de negócios assuma?” e para quem essas políticas de responsabilidades seriam voltadas (BOWEN, 1957). Para o autor, as decisões nas empresas não devem ser tomadas apenas com base no desejo dos acionistas, mas devem ser compatíveis com fins e valores da sociedade.

Carroll (1999) salienta que o trabalho feito por Bowen fortaleceu e contribuiu para a construção de uma concepção sobre RSE e, por esse fato, Bowen é considerado o “pai” da RSE. Ainda para o autor, é na década de 1960 que busca-se formalizar o significado da responsabilidade social, criando questionamentos sobre quais os papéis das empresas na sociedade (CARROLL, 1999, *apud* DIAS, 2012).

Diversas contribuições para construção do conceito sobre RSE foram apresentadas por autores como Keith Davis (1960, 1967), Joseph W. MacGuire (1963), William Frederick (1960) e Clarence C. Walton (1967), as quais foram fundamentais na produção de publicações fomentando o estudo da RSE (DIAS, 2012).

Para Keith Davis (1960) as empresas devem usar seus poderes econômico e político, adquiridos através do trabalho responsável e dentro das leis impostas pela sociedade, caso contrário perderão esse poder sofrendo sanções. Em geral, as empresas exercem forte poder nas regiões onde estão instaladas, podendo ser favorável ou desfavorável e tudo dependerá

de suas ações perante a sociedade (DAVIS, 1960 *apud* DIAS, 2012).

Durante a mesma década, William Frederick (1960) publica um artigo na revista *Califórnia Management Review*, no qual afirma que as empresas precisam ser usadas para o fortalecimento e o bem-estar econômico e social. Além de ser um meio produtivo, ela tem papel importante na sociedade. Para o autor, a RS traz a junção dos recursos econômicos e humanos para fins sociais, que não sejam apenas restritos aos interesses exclusivos da empresa, mas que contribuem para um objetivo mais amplo (FREDERICK, 1960 *apud* DIAS, 2012).

Os autores Davis e Blomstrom (1960), trouxeram uma RS voltada aos empresários. Para eles, toda pessoa deve considerar os impactos de seus atos em todo sistema social. Afirmam que é preciso que as pessoas tenham um senso de visão maior, em conjunto com a sociedade e não apenas sobre fatores econômicos e produtivos. Posteriormente, Davis (1967) acrescentou ao conceito de RS um olhar sobre as consequências éticas das ações na condução dos negócios, embora alguns autores tenham visões diferentes sobre a ética em relação a RSE (DAVIS; BLOMSTROM, 1960 *apud* DIAS, 2012).

McGuire (1963) trouxe em sua obra *Business and Society*, um questionamento em relação aos empresários: quais suas responsabilidades com a sociedade? sua ética? quais metas e filosofia esses empresários deveriam assumir? Para McGuire as empresas não possuem apenas obrigações legais e econômicas, mas também possuem responsabilidades para com a sociedade, exercendo um papel fundamental quando trabalha de forma cooperativa, fazendo assim mudanças importantes (MCGUIRE, 1963 *apud* DIAS, 2012).

Em 1967, Clarence Walton propôs em seu livro *Corporate Social Responsibilities*, diretrizes para que a própria sociedade identificasse e julgasse as limitações do conceito de responsabilidade social. Para Walton, a responsabilidade social reconhece a relação entre a empresa, sociedade e a gestão precisa observar à medida que a empresa e seus *stakeholders* (públicos de interesse) se relacionam. O autor afirma que as empresas precisam reconhecer e aceitar voluntariamente as necessidades da sociedade, criando laços e fortalecendo essas relações. Precisam buscar entender quais são os fatores agravantes na sociedade e criar medidas para que tais problemas sejam resolvidos (WALTON, 1967 *apud* DIAS, 2012).

Ressalta-se que, modelos clássicos de responsabilidade social foram apresentados em diversas publicações durante a construção do conceito. Há que se notar, que tais modelos assumem que a responsabilidade social das empresas vai além da visão econômica ou do simples retorno de lucro a seus acionistas, e incluem questões legais, sociais, ambientais e éticas relacionadas aos seus *stakeholders* (OLIVEIRA, 2013).

Todavia, é notório nos conceitos elaborados que a base da discussão da responsabilidade social encontra-se pautada no conceito de ética. A ética nas empresas leva a gestão transparente, trazendo com ela confiabilidade de todas as partes. Uma empresa não

deve fazer ações que venham a prejudicar, seus *stakeholders*, ela deve trabalhar de acordo com valores da região onde está inserida e se possível tentar superar esses valores de acordo com as normas internacionais garantindo equidade (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012).

Além do embasamento sobre o conceito de ética que impregna a construção do conceito de RS, outras questões e discussões foram incorporadas pelos autores.

Em 1970, o debate ganha força, quando o economista e Prêmio *Nobel* Milton Friedman, fez a afirmação que “a única responsabilidade social das empresas era a geração de lucro para seus acionistas, dentro das regras da sociedade.” (FRIEDMAN, 1970 *apud* BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012, p.10). Alegando que a ação desvirtua as empresas, Friedman acredita que a responsabilidade social é caridade feita por gestores com o dinheiro dos outros e quem deveria decidir como usar esse dinheiro são os acionistas, ou seja, os proprietários. O autor acredita que essa ação prejudicaria a sociedade, pois a empresa reduziria seus lucros e conseqüentemente as reduções seriam repassadas aos funcionários (FRIEDMAN, 1970 *apud* BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012).

Alguns autores contrários a esse pensamento, iniciaram pesquisas e realizaram publicações demonstrando que o uso efetivo da responsabilidade social, é de certo modo, vantajoso para um desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que, Friedman não condena a filantropia, desde que seja feito pelo dinheiro dos próprios gestores (FRIEDMAN, 1982 *apud* BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012).

As discussões teóricas levaram a construção de alguns modelos de RS. O modelo mais simples de representação de RSE foi criado por Davis e Blomstrom em 1975. Os autores propuseram que as responsabilidades se expandem de um círculo interior que trata de aspectos técnicos e econômicos, para englobar as responsabilidades trabalhistas e ambientais ligadas diretamente às atividades da empresa e, por fim, englobam outros aspectos aos quais as empresas podem se envolver como a pobreza e as desigualdades sociais. Quanto maior a responsabilidade mais os gestores teriam que se preocupar com outros aspectos além dos técnico-econômicos (DAVIS; BLOMSTROM, 1975 *apud* OLIVEIRA, 2013).

Outro modelo de RSE foi criado por Carroll (1979), sendo o mais aceito por acadêmicos e citados em diversos trabalhos. Contempla as quatro dimensões da responsabilidade corporativa sendo elas a responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas, posteriormente alterada a palavra discricionária por filantrópicas, considerando-a como uma restituição à sociedade de parte que ela recebeu (CARROLL, 1991).

A base do modelo, construído em forma de pirâmide, é formado pela responsabilidade econômica, remetendo ao fato de que a empresa precisa ser lucrativa, sem ela a empresa não pode existir. A sociedade aprovando o modelo econômico estabelecido pela empresa, a impõe as regras básicas, leis sobre a qual as empresas devem operar, permitindo que as empresas assumam seu papel produtivo como parte da efetivação do

contrato social. Todavia não basta as empresas apenas cumprirem as leis, elas precisam ir além dessas expectativas. Outra dimensão abordada pelo autor é a ética, na qual, ela é responsável por todas as atividades e comportamentos não coberto pelas leis, ou por aspectos econômicos e está diretamente ligada a expectativa dos membros da sociedade. Por fim, a responsabilidade filantrópica, após cumprir as demais, ela poderá englobar ações filantrópicas não relacionadas ao desempenho comercial da empresa (CARROLL, 1979 *apud* BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012).

Com o surgimento de críticas ao modelo piramidal de Carroll, no qual o próprio autor observa certa deficiência, é criado o modelo dos três domínios da responsabilidade social. Schwartz e Carroll perceberam que o modelo causava muitas confusões e formas inadequadas de uso, pois a pirâmide traz uma sensação de hierarquia. Muitas vezes, os gestores compreendiam que a filantropia era mais importante que as demais responsabilidades. Carroll observou que seu modelo não apresentava interação com as demais responsabilidades, e que era necessário ocorrer um relacionamento entre as partes (OLIVEIRA, 2013).

O novo modelo, dos três domínios, é constituído por três círculos indicando os domínios econômico, legal e ético. Nesse modelo a filantropia deixa de ser uma responsabilidade social. A distinção entre as atividades filantrópicas e ética é difícil do ponto de vista teórico e prático. Lembrando a argumentação de Friedman de que as empresas utilizavam a filantropia apenas para fins econômicos. A diferença nesse modelo é a sobreposição dos domínios, criando intersecções formando sete segmentos da responsabilidade social (OLIVEIRA, 2013).

As ações de RS pressupõem interação entre a empresa e os públicos com os quais interage. Nesse sentido, Edward R. Freeman, define os *stakeholders* como qualquer grupo de indivíduo que pode ser afetado pelo êxito da empresa ao atingir seus objetivos. A abordagem de Freeman é feita através das responsabilidades que as empresas possuem, afirmando que a gestão não deve apenas agir pelos interesses de seus acionistas, mas também pelos de seus *stakeholders* e obriga os gestores a equilibrar as diferentes necessidades e interesses que se unem a empresa. Esses interesses não são apenas no nível interno, mas também em suas relações com a sociedade de modo mais amplo (FREEMAN, 1984 *apud* DIAS, 2012).

Em 1991, Donna Wood cria com base nos princípios de RSE, um modelo de avaliação do desempenho social das empresas e estuda o comportamento das empresas em relação a sociedade de acordo com a responsividade (ou da resposta social). Considerando a relação em três níveis diferentes de acordo com seus *stakeholders*. O primeiro define que o papel da empresa na sociedade, está ligado ao princípio da legitimidade e deve estar de acordo com as normas impostas pela sociedade cabendo a empresa prestar atenção aos parâmetros a nível institucional. Em seguida vem o nível organizacional (corporativo), trabalha de acordo com o

princípio da responsabilidade pública, observando todos os impactos sociais, econômicos e ecológicos ocasionados pela empresa e, assim, a empresa mantém um compromisso com a sociedade. E, por fim, o nível individual, no qual cada indivíduo da organização é visto como agente responsável e ele é obrigado a agir de acordo com os princípios da responsabilidade, suas decisões são importantes e contribuem para o desenvolvimento socialmente responsável da empresa (WOOD, 1991 *apud* DIAS, 2012).

Em 1995, autores como Young-Chul Kang e Donna J. Wood, já passaram a considerar empresas como organizações fundamentalmente sociais. Os autores afirmam que as vantagens que são obtidas pelas empresas forçam elas a cumprir o seu papel de forma responsável e caso ocorra o inverso essas empresas estão agindo de forma injustificável e ilegítima perante a sociedade (KANG; WOOD, 1995 *apud* DIAS, 2012).

Em 1997, David Logan, Dewin Roy e Laurie Regelbrugge trazem o conceito de cidadania corporativa, no qual as empresas necessitam agir de forma que reflitam um comportamento responsável e proativo, tanto nos negócios como também com seus *stakeholders* na região da qual a empresa realiza operações (LOGAN *et al.*, 1997 *apud* DIAS, 2012).

Dada esta construção histórica do conceito de RS, salienta-se que buscar uma única definição para a RS é difícil, visto que este movimento compreende muito além de ações sociais ou projetos sociais. Segundo Barbieri e Cajazeira (2012), a existência de diversos fatores deve ser considerada. Precisa-se analisar as demandas da sociedade na região onde a empresa está instalada e como a empresa poderá desenvolver ações sociais para responder esta demanda. Além de primar pela parte econômica da empresa.

Para que se possa mensurar as atividades de RSE, foram desenvolvidos diferentes instrumentos, baseados no *triple botton line* (tripé da sustentabilidade: social, econômica e ambiental). Esses instrumentos servem como parâmetro ao longo do tempo para que se possa analisar a situação atual da empresa diante da concorrência. Algumas dessas ferramentas são: Pacto Global da ONU, ISO26000, NBR 16001, indicadores ETHOS. Porém existem muitos outros instrumentos para auxiliar a gestão em seu controle de RSE (DIAS, 2012).

O Pacto Global foi apresentado em 1999 no Fórum Mundial Econômico em Davos (Suíça), pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan. Porém, somente em 2000 foi colocado em prática oficialmente na sede da ONU em Nova York. A proposta do Pacto Global é fazer com que as empresas adotem políticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, incluindo dez princípios agrupados em quatro áreas: Trabalho, Direitos Humanos, Combate a Corrupção e Meio Ambiente. Além disso, o Pacto Global visa o aumento de comunicação entre as empresas em diferentes escalas, na tentativa de criar um mercado mundial mais equitativo e sustentável. Seu objetivo é a adoção de princípios mais

humanitários, reduzindo a hostilidade do mercado mundial. Observa-se que o Pacto Global não se trata de uma norma ou lei obrigatória, mas sim, de uma iniciativa de carácter voluntário no qual deve servir como referência para o fomento da RSE (DIAS, 2012).

Outro instrumento utilizado para orientar as ações de RS é a norma internacional ISO 26000, a qual fornece orientações voltadas para o desenvolvimento de práticas de responsabilidade social. Essa norma proporciona diretrizes, levando em consideração as diferenças ambientais, culturais, sociais, legais e de desenvolvimento econômico, adaptadas aos diferentes tamanhos e tipos de organizações (DIAS, 2012).

Além da normatização internacional, existe a norma brasileira de RS, a NBR 16001, publicada em 2004 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A NBR 16001 visa auxiliar as organizações a implementar políticas e objetivos considerados legais através de um trabalho ético. Possui uma lista de características que devem ser incorporados aos objetivos e metas, compatíveis com a responsabilidade social da empresa. Trazendo em seus fundamentos a utilização das três dimensões da sustentabilidade econômica, social e ambiental visando: implantar, manter e aprimorar um sistema de gestão de RS; assegurar a conformidade com a legislação e com a política da RS; apoiar o engajamento efetivo das partes interessadas; realizar uma autoavaliação e autodeclaração da conformidade com a norma; buscar confirmação de sua conformidade das partes que possuam interesse com a organização; buscar certificação por uma organização externa (DIAS, 2012).

Além da ISO e da ABNT, o instituto ETHOS, uma organização não governamental (ONG) brasileira desenvolveu os indicadores ETHOS de RS. São diretrizes que visam auxiliar as empresas a ter um autodiagnóstico para aferir seus impactos na sociedade. Os indicadores contemplam sete temas: 1) Valores, transparência e governança; 2) Público interno; 3) Meio ambiente; 4) Fornecedores; 5) Consumidores e clientes; 6) Comunidade; 7) Governo e sociedade (DIAS, 2012).

Ressalta-se que existem outras normas e ferramentas que podem ser utilizadas para mensurar as ações de RS das organizações. Todavia, neste capítulo buscou-se apresentar a construção histórica e o significado da RS, destacando os modelos aplicados, bem como os instrumentos que auxiliam a aplicar a teoria na prática empresarial. A partir deste escopo teórico de RS, irá se traçar um paralelo com os impactos causados no processo de desenvolvimento local.

## **DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Conforme Fischer (2002), o desenvolvimento local ou regional é a grande busca das organizações, do Estado e da sociedade. O conceito de desenvolvimento está ligado a inúmeras variáveis e relacionado a diversas questões, desde o desenvolvimento pessoal, até o



desenvolvimento de uma organização, localidade, sociedade.

De acordo com Boisier (2004), o conceito de desenvolvimento passou de uma antiga concepção, que o assimilava à ideia de crescimento econômico, para uma nova concepção, que o associou mais com as atitudes e menos com conquistas materiais.

Para tanto, é preciso pensar nesse processo de uma forma global, visto que as premissas do processo de desenvolvimento estão intimamente ligadas ao processo de globalização, mas também é preciso pensá-lo num contexto local. Isto porque, conforme Fischer (2002), as relações entre os atores e organizações (Estado, organizações privadas e sociedade civil) ocorrem em um determinado espaço ou local, que pode ser entendido tanto no sentido de espaço delimitado, de abrangência; como no sentido de espaço abstrato das relações sociais que se quer privilegiar.

Assim, a discussão do processo de desenvolvimento local, para Mello, Streit e Rovai (2006), surge para dar uma função aos territórios, afirmando a singularidade de cada local. É uma busca pelas potencialidades e vantagens comparativas de cada território, onde os empreendimentos se materializam.

Buarque (2006) afirma que o desenvolvimento local resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local (redução da pobreza, geração de riqueza, distribuição de ativos, etc), eficiência econômica e gestão pública eficiente. Deste modo, os três pilares que estruturam o desenvolvimento local são: a organização da sociedade através da formação de capital social local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local); a agregação de valor na cadeia produtiva, com articulação e aumento da competitividade das atividades econômicas locais; e a reestruturação do setor público, através da descentralização das decisões e elevação da eficiência e eficácia da gestão pública local.

Corroborando, Kronemberger (2011) afirma que o processo de desenvolvimento local é o processo no qual uma localidade utiliza seus potenciais em favor do seu crescimento econômico, melhoria na qualidade de vida da população e fortalecimento do seu capital humano. Deriva do conhecimento e aproveitamento de seus potenciais, vantagens e oportunidades, aliando seu capital social, humano e produtivo, bem como o uso de forma consciente de seus recursos naturais.

Neste ínterim, o mundo global passa a ter importância associado ao nível local e vice e versa. As constantes mudanças variam de acordo com as interferências impostas de ambas as partes, alguns autores utilizam o termo “glocal”, fazendo a junção dos dois aspectos, para definir desenvolvimento local. Não pode ser definido apenas como crescimento econômico, mas com a junção de fatores interdependentes, como melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. A geração de riqueza através de condições de trabalho, contribui para a melhoria das oportunidades sociais. Do mesmo modo, a

problemática ambiental não pode ser separada da social, uma vez que toda pessoa causa impacto no meio onde está inserido (KRONEMBERGER, 2011).

Neste sentido, as ações de responsabilidade social empreendidas pelas empresas de um determinado local, podem causar impacto no processo de desenvolvimento local, dependendo da amplitude destas ações, e dos resultados alcançados por meio delas.

## **A REGIÃO DA AMARP (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE)**

Com vistas a consolidar um processo de desenvolvimento regional integrado de cada região, o Estado de Santa Catarina dividiu o estado em microrregiões, criando assim a AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe. A intenção era observar as deficiências e explorar as potencialidades de cada região, com vistas a ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios (AMARP, 2016).

A AMARP teve sua fundação e instalação em 18 de outubro de 1968. Em sua criação, os municípios que faziam parte da Associação eram: Arroio Trinta, Matos Costa, Caçador, Rio das Antas, Curitibanos, Salto Veloso, Fraiburgo, Santa Cecília, Lebon Régis, Videira (AMARP, 2016).

O município de Calmon filiou-se na Associação a partir de setembro de 1999, o município de Timbó Grande a partir de janeiro de 1989, os municípios de Ponte Alta do Norte, Macieira, e São Cristóvão do Sul a partir de janeiro de 1993, os municípios de Ibiam, Iomerê, e Frei Rogério a partir de janeiro de 1997, o município de Pinheiro Preto a partir de fevereiro de 1997. Os municípios de Curitibanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul desligaram-se da AMARP em março de 2010. (AMARP, 2016).

Atualmente a AMARP é formada por 14 municípios, sendo eles: Arroio Trinta, Matos Costa, Caçador, Macieira, Calmon, Pinheiro Preto, Fraiburgo, Rio das Antas, Ibiam, Salto Veloso, Iomerê, Timbó Grande, Lebon Régis, Videira (AMARP, 2016).

Destacam-se alguns dados com relação a aspectos demográficos e econômicos da região. O município com maior população da região é Caçador com 75.812 habitantes. Já o município com menor população é Macieira com 1.815 habitantes. O índice desenvolvimento humano (IDH) mais elevado pertence ao município de Iomerê com 0,795, e o município que contém menor IDH é Calmon com apenas 0,622. O produto interno bruto (PIB) de maior valor pertence a Caçador com R\$2.539.851.292,00, já o município de Matos Costa possui o menor PIB da região com R\$32.307.076,00. O índice de desenvolvimento municipal (IDMS) de maior valor pertence a Videira com 0,729, e Timbó Grande possui o menor IDMS com 0,536 (AMARP, 2016).

Percebe-se que esta é uma região fortemente marcada por disparidades econômicas, sociais e ambientais. Portanto, aumenta ainda a necessidade de

desenvolvimento de ações de responsabilidade social das organizações instaladas nesta região, com vistas a colaborar para um processo de desenvolvimento local que ocorra de maneira sustentável.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto a sua abordagem, este estudo abarca a pesquisa Qualitativa e a Quantitativa. O objeto de estudo refere-se a aspectos da realidade social num recorte acerca da responsabilidade social e desenvolvimento local, fenômenos difíceis de somente quantificar, uma vez que envolvem os sujeitos, suas motivações e percepções sobre a atuação das organizações às quais pertencem. Desta maneira, os resultados podem suscitar tanto a quantidade de ações quanto os aspectos subjetivos dos seus impactos pela busca da percepção dos envolvidos. De acordo com Goldenberg (2001, p.49):

Enquanto os métodos quantitativos supõem uma população de objetos comparáveis, os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. É como um mergulho em profundidade dentro de um grupo “bom para pensar” questões relevantes para o tema estudado.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa pode ser classificada como Pesquisa Exploratória, que permite ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador, normalmente, parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo em uma realidade específica, buscando um maior conhecimento acerca da temática (TRIVIÑOS, 1987). O objeto da pesquisa exploratória é proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2002). De tal modo, esta pesquisa realizou um diagnóstico sobre as práticas de responsabilidade social desenvolvidas pelas indústrias situadas na região de abrangência da AMARP.

Resumidamente, as etapas que compuseram esta pesquisa foram: (1) análise aprofundada da literatura; (2) desenvolvimento do instrumento de coleta de dados; (3) pré-teste e ajustes no instrumento de coleta de dados; (4) coleta de dados; (5) análise dos dados; (6) desenvolvimento do relatório final da pesquisa.

Para a fase da coleta de dados foi construído um banco de dados contendo informações sobre as indústrias localizadas em cada município da AMARP. O processo iniciou-se com o contato das prefeituras de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Regis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e Videira. Também foram contactadas as associações empresariais e comerciais dos municípios de Caçador, Salto Veloso, Fraiburgo e Videira. A intenção era formar um banco de dados das empresas localizadas na região da AMARP. Também foi contactada a própria

secretaria da AMARP, solicitando o banco de dados das empresas localizadas na região. De posse da lista de empresas situadas na região, foram elencadas apenas as indústrias localizadas na região da AMARP, objeto deste estudo.

A coleta de dados foi realizada por meio da elaboração e aplicação de um formulário de LimeSurvey, enviado para o e-mail das indústrias localizadas na região, e também pela aplicação *in loco* de alguns questionários com os responsáveis pelas ações de responsabilidade social nas indústrias.

Foram encaminhados 47 formulários por e-mail e destes apenas 1 retornou. Como o número de respondentes foi insignificante, mesmo após contato telefônico solicitando o preenchimento do formulário, decidiu-se realizar uma visita *in loco* a 36 indústrias localizadas nos municípios de Caçador e Videira, municípios com o maior número de indústrias da região da AMARP. Após a realização das visitas, obteve-se 19 respondentes, sendo dezoito (18) do município de Caçador e uma (1) do município de Videira. De posse dos questionários respondidos, as respostas foram lançadas no formulário do *limesurvey*, tabulados e gerados gráficos e tabelas para então, proceder a análise.

## RESULTADOS DA PESQUISA APLICADA COM AS INDÚSTRIAS NA REGIÃO DA AMARP

O formulário de pesquisa aplicado com as indústrias, foi dividido em duas grandes partes: uma que traça o perfil dos entrevistados e de como a RSE está alocada na organização e, uma segunda parte, que verifica as práticas de RSE desenvolvidas pelas indústrias da região da AMARP.

Primeiramente, com relação ao perfil, questionou-se sobre a formação dos respondentes. Obteve-se como resultado que 63% dos entrevistados possuem MBA/Especialização e 37% possuem Ensino Superior Completo. Ou seja, todos os respondentes responsáveis pelas informações relacionadas a RSE nas indústrias possuem no mínimo, graduação. Não foi realizada uma verificação mais apurada sobre as áreas de formação dos respondentes, e se possuem ou não relação com a área de RS.

Com relação ao setor da organização responsável pela RSE, 53% apontaram o setor de Recursos Humanos, 5% um Comitê executivo da empresa, 5% Setor Administrativo, 5% setor relacionado ao Meio Ambiente e 26% não responderam a esta questão. O que provavelmente significa que não há um setor responsável, ou então, que há vários setores responsáveis pela condução de ações de RSE.

Também foi questionado se os respondentes eram os responsáveis pelo desenvolvimento de ações, projetos ou programas de RSE na empresa. A partir disso, verificou-se que 63% dos respondentes eram eles próprios responsáveis por ações de RSE na empresa, e 37% responderam que não eram eles responsáveis por tais ações. Tal resultado

pode ocasionar um viés nas respostas obtidas.

Com relação sobre a atuação das empresas com os projetos e programas de responsabilidade social 74% afirmaram que a empresa atua com projetos e programas de responsabilidade social e 26% afirmaram que a empresa não atua como projetos nesta área.

Destarte, 37% das indústrias pesquisadas possuem até 5 pessoas envolvidas com projetos e programas de RSE; 21% possuem mais de 30 pessoas envolvidas; 11% possuem de 11 a 20 pessoas envolvidas, 5% possuem 6 a 10 pessoas envolvidas e 26% não responderam ao questionamento. Este resultado evidencia que ainda é muito baixo o número de funcionários das indústrias envolvidos com ações e projetos de RSE. Observa-se ainda que, normalmente, as pessoas compartilham as atividades de RS com outras funções na organização.

Também foi questionado o número de pessoas atendidas ou beneficiadas com projetos e programas de RSE nas indústrias, sendo que: 47% atendem mais de 60 pessoas com projetos de RS; 16% atendem até 10 pessoas; 11% atendem entre 31 e 60 pessoas e 26% não responderam o número de pessoas atendidas ou beneficiadas com o projeto de RSE da organização. Embora ainda seja um número relativo baixo de atendimentos, estes dados refletem apenas um aspecto quantitativo de atendimentos e não qualitativo das ações realizadas.

Quando questionados sobre o tempo que a empresa pratica ações, ou desenvolve projetos e programas de RSE, 53% afirmaram que possuem mais de 5 anos de práticas; 11% possuem de 1 ano a 2 anos de práticas; 11% possuem de 3 anos a 4 anos de práticas e 26% não responderam a este questionamento.

Com relação ao fato das questões relativas a Responsabilidade Social estarem inseridas no planejamento estratégico da organização, 74% dos entrevistados responderam que não sabem se a RS está ou não contemplada no Planejamento Estratégico da organização e 26% não responderam a este questionamento. Isto demonstra que em muitas das organizações, a RS não é uma preocupação estratégica, uma vez que, os responsáveis pela condução das ações desta área, não sabem nem ao menos dizer se consta este tipo de preocupação no planejamento estratégico da organização. E a partir do momento que a RS não é tomada como questão estratégica, a tendência é que as ações, projetos e programas percam força e notoriedade dentro da organização.

Ainda, quando questionados sobre a existência de algum setor específico responsável pela RS na organização, 42% responderam que a empresa possui, 26% não responderam essa questão, 26% não sabem se a empresa possui algum setor específico e 6% responderam que a empresa não possui. Algumas empresas informaram que a RSE é de responsabilidade do setor de Recursos Humanos. Isto demonstra que, ainda poucas empresas possuem um setor específico voltado para tratar questões vinculadas com a RS. Normalmente

as atividades são compartilhadas com as demandas de um outro setor.

Das empresas entrevistadas, 26% responderam que a RS está subordinada ao departamento de Recursos Humanos e 16% responderam que a empresa possui departamento próprio de RS subordinado a Direção.

Sobre o envolvimento da alta administração nas ações, projetos ou programas sociais, 68% responderam que há participação e envolvimento da alta cúpula. Salienta-se que a alta gestão precisa trabalhar de forma ativa, uma vez que toda empresa precisa estar ciente dos seus objetivos relacionados a condução das ações de RS.

Quando questionados sobre a participação da empresa em alguma iniciativa voluntária relacionada a RS, 53% responderam que não participam de nenhuma iniciativa. Porém, 16% apoiam as Metas do Milênio, 11% apoiam o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, 5% apoiam o Carbon Disclosure Project (CDP) e outras ações. Algumas das empresas pesquisadas ainda mencionaram o envolvimento com ações locais, como o movimento filantrópico em prol do Hospital Maicé, localizado em Caçador e parceria com a Fundação Projeto Pescar, no qual a empresa fornece diferentes treinamentos a jovens.

Com relação as áreas de atuação em RS mais desenvolvidas pela organização, obteve-se os seguintes índices: assistência social (11%), segurança do trabalho (10%), esporte (9%), saúde (9%), qualificação profissional (8%), lazer e recreação (7%), alfabetização e alimentação (6%), meio ambiente e estímulo ao emprego (5%), desenvolvimento rural (4%), programa especial para mulher (3%), assistência, defesa dos direitos humanos e desenvolvimento comunitário, mobilização social e desenvolvimento urbano (2%) e outros (1%). Quando questionados sobre quais outros projetos as empresas trabalham as respostas obtidas foram, manutenção de creche para filhos de colaboradores e comunidade, projeto de melhorias no Hospital Maicé de Caçador. Além dessas, algumas empresas responderam ter ações sociais dirigidas pela empresa na área da educação infantil em relação a educação ambiental.

Essa diversidade de ações praticadas pelas empresas, demonstram preocupação e valorização de seus *stakeholders* e que as empresas buscam desenvolver e ajudar os seus públicos de envolvimento, tanto externo, quanto interno. Isto fica refletido na pluralidade de áreas de atuação das organizações.

Vale ressaltar ainda que 63% das indústrias pesquisadas possuem um código de ética ou código de conduta para orientar os comportamentos com relação ao seu público interno (colaboradores). A presença do código de ética na organização é um aspecto que demonstra a preocupação da empresa com as relações em seu ambiente interno. Conforme Oliveira (2013), o surgimento da ética e da moral na responsabilidade social empresarial, veio através do comportamento e das atividades que a lei não atua ou aspectos econômicos do negócio, mas que representam expectativas dos membros da sociedade, construindo uma relação de

ganho de ambas as partes.

Sobre as empresas possuem canais de comunicação com os colaboradores para divulgar as ações de RSE, 77% responderam que possuem canais de comunicação, e citaram que em geral expõe dados em murais, disponibilizam caixas de sugestão, e-mail, site, integração e treinamentos internos, elaboram boletim interno, relatório de Sustentabilidade, informativos, entre outros. Oliveira (2013) ressalta que a criação de uma comunicação eficiente aumenta a chance dessas empresas serem consideradas responsáveis.

Em relação à contratação de portadores de deficiência e mobilidade reduzida (Lei Federal nº 8.213/91), 68% das empresas responderam que atendem a legislação. Em geral as empresas demonstraram que todas possuem conhecimento sobre a Lei Federal nº 8.213/91, porém 7% não cumprem essa lei. Isso demonstra que embora a legislação seja cobrada e algumas empresas as cumprem, há ainda um percentual que persiste em não contratar colaboradores portadores de necessidades especiais, descumprindo a legislação e não atuando de forma responsável.

Com relação as empresas terem preferência em negociação com empresas que atuam com RSE (desenvolvem ações, projetos, programas de RSE), as empresas responderam que 32% delas preferem negociar com empresas que atuam com RS, 26% delas responderam não ter preferência por empresas socialmente responsáveis e 16% delas desconhecem sobre o assunto (política interna para escolha de fornecedores que tenham ações de RSE e respeito a legislação brasileira). Observa-se, que embora ocorra um crescimento na atuação das empresas de acordo com as normas de RSE, poucas empresas possuem preferência em negociar com empresas ligadas a essas práticas. Ainda nesse sentido uma empresa respondeu atuar em uma cadeia ou corrente de RSE, no qual, várias empresas atuando de maneira responsável atuam em conjunto, fortalecendo o conceito.

Diante destes dados é possível traçar um panorama de práticas que vem sendo empreendidas pelas indústrias da região da AMARP, a fim de levantar elementos que possam subsidiar novas pesquisas nesta região.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo é resultado do desenvolvimento de um projeto de pesquisa que teve por objetivo realizar um diagnóstico sobre a atual situação das práticas de responsabilidade social empresarial (RSE) que estão sendo empreendidas pelas indústrias localizadas na região da AMARP (Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe) e seus impactos no processo de desenvolvimento local.

A fim de considerações finais, há que se destacar a dificuldade encontrada na realização desta pesquisa, uma vez que apenas 19 indústrias responderam ao questionário,

após ser realizada uma visita *in loco*. A falta de respostas por parte das indústrias dificulta traçar um panorama das práticas de RS que vem sendo empreendidas na região da AMARP. De toda maneira, com base nas respostas obtidas, foi possível levantar algumas práticas de RSE empreendidas pelas indústrias da região, bem como compreender em parte o cenário da RSE.

Os resultados demonstraram que a maioria das indústrias da região atuam com projetos e programas de RS que abarcam áreas como assistência social, segurança do trabalho, esporte, saúde, qualificação profissional, lazer e recreação, alfabetização entre outras áreas. Percebe-se, portanto, que há uma variedade de ações que são direcionadas para diversas áreas. Além disso, há uma diversidade de públicos que são atendidos por estas ações, que se configura tanto em público interno quanto em público externo da organização.

Com relação a organização interna da RS nas indústrias, verificou-se que as ações e projetos ficam vinculados a área de Recursos Humanos, e em sua maioria, as indústrias possuem até 5 pessoas envolvidas diretamente com essas ações dentro da organização. Ainda se sabe que embora a alta gestão participe e apoie as ações dessas empresas, a RSE não está embutida no planejamento estratégico da empresa.

Com esta estrutura, as indústrias conseguem atender em média mais de 60 pessoas com projetos de RS. O que demonstra que as ações, projetos e programas conseguem atender um número razoável de beneficiários. Todavia, em sua maioria estas ações são direcionadas em prol de seus colaboradores, poucas vezes buscando desenvolver ações com os demais *stakeholders*.

Em sua maioria, as indústrias da região já desenvolvem há mais de 5 anos ações, projetos e programas de RSE, mas não participam muito de iniciativas voluntárias como Metas do Milênio ou Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Ao se questionar se a indústria desenvolvia ações de RSE obrigatórias por lei, verificou-se que a maioria atende a legislação relacionada a contratação de portadores de deficiência e mobilidade reduzida (Lei Federal nº 8.213/91).

Portanto, com base no modelo de Carroll (1991), que contempla as quatro dimensões da responsabilidade corporativa sendo elas a responsabilidades econômicas, legais, éticas e filantrópicas, verifica-se que em sua maioria, as indústrias da região atendem as quatro dimensões. Primeiramente, porque se mantém lucrativas e, portanto, atuantes na região, gerando emprego e renda para a população, todavia, esta não foi uma dimensão muito explorada pela pesquisa. É preciso estudar com mais profundidade os impactos econômicos das indústrias nesta região. Em segundo, porque buscam obedecer às leis, principalmente no que se refere ao seu público interno, entretanto, a obediência as leis é um aspecto complexo que precisa ser aprofundado em uma pesquisa futura. Em terceiro buscam se guiar pela ética, ao pautar-se pelas normas de um Código de Ética ou de Conduta, e pela



disponibilização de canais de comunicação ao público interno e externo. Todavia existem outros aspectos que pautam a ética em uma organização, que precisam ser verificados. E em quarto, o que fica mais notório é o desenvolvimento de ações filantrópicas que visam atender tanto público interno quanto externo da organização, mas com certa ênfase nos colaboradores. As ações filantrópicas são mais fáceis de se visualizar e de mensurar o seu impacto.

Percebe-se, diante dos dados levantados por esta pesquisa, que as indústrias da região ainda precisam melhor compreender a complexidade que abarca o termo RS, ampliando sua atuação para outros campos e dimensões da RS.

Por fim, com base nos dados levantados, não é possível verificar se tais ações impactam de alguma maneira no processo de desenvolvimento local. Isto porque, o processo de desenvolvimento é complexo, e outros atores que atuam no território precisam ser investigados para confirmar se tais ações refletem no processo de desenvolvimento. Assim, sugere-se o desenvolvimento de novas pesquisas que aprofundem este estudo exploratório.

## REFERÊNCIAS

- AMARP. Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe. 2016. Disponível em: <<http://www.amarp.org.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/47588>>. Acesso em: 7 fev. 2016.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. dos R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BOISIER, S. Desarrollo territorial y descentralización: El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. **Euro**, Santiago de Chile, v. XXX, n. 90, set. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S02501612004009000003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S02501612004009000003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 mar. 2016.
- BOWEN, H. R. **Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, Indiana, v. 34, n. 4, p. 39-46, Jul./Aug. 1991.
- DIAS, R. **Responsabilidade Social Fundamentos e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.
- FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento local sustentável**: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Senac, 2011.

MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAI, R. (org.) **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local**: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Empresas na Sociedade**: Sustentabilidade e Responsabilidade Social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.